

1a. PARTE — ESTUDOS

REFLEXÃO METODOLÓGICA SOBRE A HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

João Alfredo de S. Montenegro

É chegado o momento de se proceder à avaliação crítica dos fundamentos metodológicos da História da Igreja no Brasil, ao atingir esta um nível interessante de produção. A historiografia eclesiástica vai ganhando corpo entre nós, definindo-se por algumas tendências, como natural, elastecendo as suas fronteiras em ritmo constante, voltando-se predominantemente para a problemática humana, para os quadros sócio-culturais que condicionam a religiosidade, para as implicações político-ideológicas da mensagem católica.

O Concílio Vaticano II representou também um ponto de inflexão para a História da Igreja, obrigando-a a redimensionar-se, a assumir novo perfil epistemológico, ao acolher ele corajosamente as realidades terrestres. Medellín e Puebla reafirmam, descendo a situações mais concretas, a nova postura, que Tateava, buscando firmar-se nos contextos nacionais, e até continentais, nas densidades culturais, e desta vez privilegiando, como não poderia deixar de ser, os pobres, os setores marginalizados da sociedade, aquelas populações mais desassistidas, castradas na vocação do protagonismo histórico.

Assim, ao deixar de patrocinar o monopólio da história pelas classes dominantes, o que enredava a Igreja no jogo político-ideológico da dominação, fazendo-a elitista, triunfalista, forçosamente enveredava ela pelos caminhos abertos por uma concepção democrática da história, restando-lhe prolongá-la na prática, no plano de uma pastoral que se tornava mais complexa e abrangente.

Essa pastoral, inserindo-se numa realidade de forma aprofundada, procurando, para melhor funcionalidade sua, perceber cientificamente os processos sociais, a dinâmica dos acontecimentos, os valores culturais, as estruturas de poder subjacentes não apenas à ordem política mas também aos modos de produção, não se furtaria ao cuidado de uma historiografia mais e mais sociológica, em que a evolução da Igreja não se fizesse sentir prevalentemente no domínio institucional, mas colhesse muito significativamente o território do povo de Deus. Uma historiografia que, na particularidade da América Latina, um continente em ebulição, sacudido por mudanças, por um processo de transição ora revolucionário ora controlado pelo conservadorismo, reclama uma reflexão detida sobre as suas bases epistemológicas, sobre os seus procedimentos metodológicos, com maior destaque. Veja-se que ela tende a ocupar uma posição saliente no contexto das ciências sociais, ajudando a esclarecer todo um quadro de valores, os pontos de referência existencial, as dimensões antropológicas de comunidades inteiras. O que, por sua vez, reflui sobre as pesquisas teológicas, emprestando-lhes maior grau de correção.

Daí a importância e a atualidade daquela reflexão, praticamente por ser feita entre nós. Antes de mais nada, cumpre rever as lições de uma Teoria da História de extração europeia, com pretensões generalizantes, imbuída de uma orientação clássica, não alcançando o objetivo de articulação dialética entre essa Teoria e a **praxis** social, entre ela e uma pastoral que muito se integra nesta **praxis**.

Assim, estabelecia ela uma rígida linha de demarcação entre a Igreja e a sociedade, e justamente naquela parte dita **externa**, a estudar as suas relações com os homens. Porque a **interna**, debruçada exclusivamente sobre aspectos próprios de seus quadros institucionais. De sorte que acabava permanecendo na última parte, narrando fatos ligados à fundação e ao crescimento de paróquias, de bispados, o desempenho pastoral de clérigos de vulto, as manifestações do culto, problemas de natureza disciplinar, assuntos doutrinários.

Isso fez tradição de muitos anos no Ocidente, reforçada pelo factualismo de uma história alheia à problemática social.

aos anseios humanos, motivando um acúmulo de sobreimposições do eterno sobre o temporal, estimulando a divisão artificial entre dois campos sem fronteiras claras, com intercorrentes e aproximações dialéticas, o que determinaria um crescente enfeudamento e visível cristalização da proposta evangélica, apropriada pelas instâncias eclesásticas.

A cientificidade, evidentemente, não entraria numa historiografia desse tipo, animada por forte teor ideológico, não naquele sentido positivo, de aderência consciente a uma circunstância, buscando a sua transformação, mas no intuito de revigoração de uma postura apologética, de justificação dos valores e do contexto **ultramontanos**, de uma ordem eclesial, profundamente influenciada pelo conceito de ordem elaborado nos meios políticos conservadores.

A concepção e as categorias da historiografia eclesiástica seriam, portanto, hauridas no seio de uma cultura conservadora-tradicionista que produziu o factualismo, a narrativa saturada de pormenores, de objetos sem interesse, no âmago de uma perspectiva diluída pela ausência de uma articulação inteligente entre os episódios e as conjunturas, num trabalho de contextualização que realçasse o peso dos determinismos sócio-econômicos, culturais e políticos, a crítica construtiva à ação pastoral, ao comportamento da hierarquia eclesiástica. Essa crítica estava de todo ausente. Dominante o triunfalismo. O confessionalismo. Entre nós, praticamente até os anos 60, prosperou esse “modelo” historiográfico, de que dão prova “História Eclesiástica do Brasil”, de Mons. Paulo F. da Silveira; “O Catolicismo no Brasil”, do Pe. Júlio Maria, afóra outros títulos.

Todos eles pautariam inevitavelmente o caminho do elitismo, em consonância com as bases autoritárias do Estado e da sociedade civil, cujas hierarquias monopolizavam também o pensamento, a produção intelectual. Igreja e Estado não conseguiam desvencilhar-se da pesada herança do “unionismo”, o que, naturalmente, impedia que descessem os historiadores do Catolicismo até o povo de Deus, mantendo-os indiferentes ou extremamente sectários com relação a movimentos messiânicos, à missão profética, à religiosidade popular.

Toda essa elaboração não teve jamais o seu momento de autorreflexão, em virtude de carência científica, tornando-a um mero prolongamento do exercício doutrinário, da pastoral que **se impunha**, que vinha de cima, da ortodoxia que não se dobrava a qualquer reclamo ou iniciativa das bases eclesiais, não tolerando nada que destoasse dos cânones tradicionais, da disciplina tridentina.

Os tempos mudaram. O sopro renovador da Igreja começou há uma década a arejar a historiografia religiosa, a ponto de o espírito crítico penetrá-la vigorosamente a partir, mais notadamente, de pesquisadores leigos, entre os quais numerosos estrangeiros, pertencentes a universidades norte-americanas, canadenses, inglesas.

Então, algumas perguntas poderiam ser formuladas, para começo de um debate sobre a atualização epistemológica, sobre a orientação metodológica daquela historiografia.

Seria possível e interessante fixar limites precisos, determinar um campo estrito para os investigadores que com ela se ocupam?

Em outras palavras, caberia defini-la com exatidão?

Não deve ela se adaptar ao avanço da historiografia contemporânea, angariando maiores recursos para aquela atualização?

Até onde se conservaria **religiosa** e até onde se faria **social**, na dilucidação de seu elemento ou de seus elementos constituintes?

Ou, de outro ângulo, face à mediação do eterno pelo temporal, não seria mais razoável admitir-se uma explicação coerente de que resultasse a indistinção entre ambos?

Não há necessidade de se refletir sobre uma estrutura ou níveis de interpretação adequados à historiografia da Igreja, como alternativa de modernização mais segura para ela?

Claro que essas perguntas se dirigem para essa fase da especialidade no Brasil, em situação de grande defasagem com referência ao empreendido nos países mais adiantados.

Elas por si levantam muitos problemas e sugerem um longo debate. Não há como respondê-las de forma axiomática ou de-

finitiva. Algumas, porém, podem ser respondidas de logo afirmativamente. Incontestemente que a atualização crescente da historiografia religiosa entre nós salta à vista. Daí não vem que se lhe atribua um "modelo" único. De modo algum. Recorde-se o ensinamento de Fernand Braudel, para quem "a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã" (1). Eis um juízo que se encaixa à maravilha no pluralismo cultural dos dias atuais. O contrário fica por conta de atitudes ideológicas radicalizantes, que conduzem ao unilateralismo, ao monopólio do conhecimento histórico. A atualização em objeto condiz com a sadia coexistência de diversas tendências, de múltiplas perspectivas, que respondem a "posições", a toda uma constelação de valores, subjacentes à estrutura epistemológica de cada historiador. De modo que deve figurar como uma premissa maior de trabalho dessa natureza a aceitação de "todas as histórias possíveis", os vários privilegiamentos de enfoques, o favorecimento deste ou daquele campo da realidade, desta ou daquela matéria, a ênfase sobre um tipo de problema. Assim, todos eles se fazem até necessários, porque desenvolvem e enriquecem o objeto da historiografia. Na hipótese de que aqui se trata com mais evidência, ao se observar que a área religiosa é multifacetada, plena de implicações sócio-culturais, políticas, existenciais, profundamente integrada nas visões do mundo, nas experiências do transcendente. Essa exigência se compadece com uma Igreja renovada, voltada preferencialmente para os pobres, levada a potenciar o seu arsenal crítico-profético, num ingente redimensionamento da vida religiosa, das tradicionais concepções do Cristianismo, do Catolicismo, do desempenho pastoral, da instituição eclesial. O que denota a emergência de padrões mais ricos de interpretação para o historiador, em meio ao alargamento do objeto dos seus cuidados. Então, tudo que é "profano" passa a ter interesse e entra naquela faixa preferencial, desde que movido pelo sentido de promoção do pobre, do marginalizado, direta ou indiretamente. Está-se falando de uma proposta historiográfica presa às raízes latino-americanas, particularmente o Brasil, não se esqueça

(1) História e Ciências Sociais, Lisboa, Editorial Presença, 1972, pág. 27.

disso, e inserida num processo tumultuado, revolucionário mesmo, de mudança social, responsável pela crise que assola o Continente. O que exige uma análise globalizante da sociedade, da realidade brasileira, no cerne da problemática difícil que a sacode, determinando alterações substanciais do comportamento religioso. Isso por sua vez se dá no seio de uma mudança social mais abrangente, alcançando toda a civilização, todo o mundo, complicando mais ainda as coisas. Atente-se para o testemunho de Dominique Julia, segundo o qual “as mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fiéis, modificações de idéias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso” (2) É importante reter que as modificações sofridas pelo Catolicismo no Brasil, impulsionadas a partir de João XXIII, sintonizam com um processo de desenvolvimento, correlativo de feixe de mudanças sociais. Tal constitui um ponto de referência obrigatório para a reconstituição histórica do sistema religioso no país. É a reafirmação do já clássico postulado da historiografia que leva as investigações a procederem ao devassamento do passado em função do presente, das angústias e dos anseios que o pressionam. Ganham nova luz e pertinente significação os eventos, as conjunturas, encarados sob esse critério e definidos sob as determinações de uma responsabilidade social, dos valores espirituais que a animam. Importa estar vigilante para o imperativo de se integrarem setores e aspectos de um contexto global, o de uma nação, através de uma explicação coerente, unitária, que promova história ao nível de instrumento maior de esclarecimento da realidade, dos problemas contemporâneos. Daí a lucidez do magistério de Jacques Julliard: “Estamos no começo de uma história que se esforça no sentido de relacionar fragmentos de explicação no interior de uma interpretação total” (3) Nisso se faz relevante o emprego da interdisciplinaridade na pesquisa histórica, especialmente a que tem por objeto a Igreja, demandando mais íntima aproximação entre historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos. Tal

(2) A religião: história religiosa. In: História: Novas Abordagens, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, pág. 106.

(3) A Política. In: História: Novas Abordagens, ob. cit., pág. 184.

a condição de incremento da produção historiográfica religiosa, norteadas pelo pluralismo de perspectivas. Nessa linha, é mister se desenvolver a convivência entre esses investidores, o intercâmbio de experiências entre eles, a promoção de um projeto comum de levantamento da realidade religiosa do país, tendo em mente a idéia de que a História é vista como o eixo das ciências humanas, a matriz articuladora do objeto social. Tudo isso tem que ser precedido por um longo e exaustivo trabalho de aprimoramento, de enriquecimento de fontes, o que, felizmente, já começou graças principalmente à iniciativa e à persistência de um grupo de abnegados, de que constitui magnífico exemplo o CEPEHIB, demonstração cabal da consistência de uma atividade de estudo e de pesquisa devidamente institucionalizada, sem os entraves burocráticos da máquina administrativa oficial. Uma instância centralizadora daquela produção, não em termos coercitivos, mas no sentido do estímulo, que nasce do cuidado com os arquivos, com a pesquisa, acabando por impor naturalmente critérios e firmar orientações.

Pode atribuir-se à década dos 70 o marco inicial da renovação da historiografia religiosa no Brasil. Precisamente no ano de 1972, o autor desta comunicação lançava pela "Vozes" o livro "Evolução do Catolicismo no Brasil", no qual fazia uma síntese, um apanhado geral das atividades eclesíásticas entre nós, ao longo dos anos. Presidia-o uma preocupação nitidamente interpretativa, procurando assentar o peso dos determinismos sociológicos, as matrizes político-ideológicas de tais atividades. Com isso, se tentava esboçar um vínculo dialético entre o eterno e o temporal através do discurso histórico, no qual a veiculação do primeiro se fazia em meio às contingências do segundo, tornadas lúcidas por uma análise científica, a exercer poder crítico capaz de desmistificar muito do que ficava oculto debaixo do sobrenaturalismo, e servindo, portanto, com mais eficácia os propósitos de atualização da Igreja. Tinha-se presente, então, uma metodologia que parecia, pelo menos, abrir espaço para uma série de obras que inseria a religião nos domínios da cultura, da sociedade global, num louvável esforço de aprofundar o magno problema da relação entre Fé e Cultura. Tratava-se de um enfoque centrado na História das Idéias, dentro da qual entendiam epistemólogos posi-

cionar-se melhor a História Eclesiástica. Na verdade, ele apresenta méritos incontestáveis, como o de identificar as grandes linhas do pensamento e das atitudes do episcopado, do clero, tomando por ponto de referência a ortodoxia católica, o de captar as balizas filosóficas de uma pastoral, ao se aproximar a Igreja dos diversos segmentos sociais. Tudo isso dentro do universo de concepções do mundo dos diversos períodos. É um enfoque que induz a interdisciplinariedade, ao suscitar o emprego freqüente de conceitos e de categorias da Filosofia e das ciências humanas, tornando mais complexa a História Eclesiástica e passando a exigir dela um mais rigoroso estatuto científico. Ao mesmo tempo abria-se ela, em consequência, a novas perspectivas e tendências e que, de fato, foram assumidas. Não teria sido interessante e proveitoso que, naquele momento, se houvesse feito já uma primeira avaliação metodológica e crítica da produção historiográfica relativa à Igreja, questionando posturas e tendências, discutindo epistemologias? No entanto, a possibilidade dessa avaliação, em tão largos moldes, não se ensejava em virtude das precárias bases institucionais da especialidade, entre nós, monoliticamente localizadas na Igreja. A influência e o interesse dos historiadores leigos, com os recursos provenientes de outras instituições, como a Universidade, não se apresentava aí ponderáveis. Ainda nos critérios definidos pela CEHILA não se reconhecia a pouca consistência da historiografia do Catolicismo, necessitando um longo trabalho de sedimentação para poder afirmar-se através de segura hermenêutica, de largo respaldo heurístico, teórico, de conteúdo densamente trabalhado?

Assim, diz Enrique Dussel:

“Ainda não surgiu uma escola homogênea de historiadores da Igreja com igual metodologia crítica. A presente obra (História da Igreja no Brasil) quer gestar tal geração. Para tanto, é evidente, será preciso trabalhar no futuro ao nível do campo teórico para que haja resultados de maior coerência.”(4)

(4) Eduardo Hoornaert e outros, História da Igreja no Brasil, tomo 2, Petrópolis, Vozes, 1977, pág. 6.

Ainda no momento de fixação daqueles critérios, não havia, realmente, como apresentar um planejamento metodológico, bastante enriquecido pelo debate, pela tradição de pesquisa, por uma **praxis** eclesial com resultados já fecundos na sociedade brasileira, e que, nela própria, favorecesse uma revisão das perspectivas sobre o passado.

De qualquer modo, a partir daí, ganha a historiografia religiosa uma tendência que aprofunda os seus propósitos e as suas práticas de renovação, aquela que busca enfatizar, privilegiar mesmo, "como critério de interpretação a categoria evangélica do pobre".

Ela tem um alcance extraordinário pelo que, originariamente, descobriu e fecundou, um campo praticamente inexplorado até então, o cerne das realidades sócio-culturais do país, as grandes matrizes da religiosidade popular, do Catolicismo das elites, das classes dominantes, estas últimas guardiãs de uma ortodoxia geralmente estática e em desarmonia com as manifestações de fé, de fraternidade, da grande maioria da população, cada vez mais consciente do seu protagonismo histórico, correlativo de um Catolicismo que enaltece a missão profético-crítica, a Justiça, pela mediação da análise social, que denuncia as grandes desigualdades, os privilégios gritantes, que propõe transformações sócio-econômicas e políticas do contexto nacional com vistas à erradicação da miséria, ao crescimento humano, à participação de todos nos programas e nos benefícios do desenvolvimento.

A primeira tendência deflagrada no início da década dos 70, fundada na História das Idéias, como que se constituiu um pressuposto dessa última, ao abrir-lhe concretos horizontes sociais, os mecanismos político-ideológicos das camadas dirigentes, das elites, deixando ver claro os determinismos, o elitismo, que pesavam sobre o Catolicismo no Brasil. Devassou, através de bom nível de interpretação, o persistente conflito entre o Estado e a Igreja, que permeia a história religiosa, esclarecendo os condicionamentos sobre ela exercidos pelas injunções oficiais, pelo aparelho institucional. Ela, portanto, dispõe de elevado potencial crítico, de diversificadas bases científicas, contribuindo deveras para o atingimento dos novos obje-

tivos da historiografia religiosa, ao se dimensionar plenamente dentro do pluralismo de perspectivas que deve animá-la.

Observe-se, por outro lado, que, a partir daquele potencial, organizações como a C.N.B.B., a política eclesiástica, podem reavaliar melhor as suas diretrizes e atuação no contexto nacional, porquanto se inserem numa **praxis** complexa, alcançando o campo sócio-econômico e as realidades sócio-culturais. Ambigüidades e indecisões da Igreja diante de uma tão difícil problemática, enfrentando "modelos" econômicos e políticos em franca discordância com a mensagem cristã, susceptíveis de correção ou de sadio aprofundamento, tornando mais autêntica e realista a sua vida pastoral, a filosofia que a inspira.

Mencione-se, no prolongamento dessa tendência, um rol de obras, num definido plano superestrutural, do qual uma interessante amostra ressalta: "Brasil: Igreja Contra Estado", de Roberto Romano. Ela constitui um repositório crítico de bom alcance, sobretudo, ao que parece, por ter percebido lucidamente aquelas ambigüidades e indecisões, questionando a orientação e práticas da Igreja, ao se posicionar perante o Estado, e na efetivação da linha popular que adotou. O que realiza uma articulação entre o complexo institucional e as organizações de base, entre o que se passa ao nível das instâncias oficiais, das hierarquias, do relacionamento entre Igreja e Estado, e o que se processa no seio das comunidades populares.

Aí se viabiliza uma interpretação bastante dilucidadora, enriquecendo consideravelmente a tendência. A qual também trabalhada por outros autores, vários deles cientistas políticos ou sociólogos, explicando a boa qualidade dessa interpretação. De sorte que a tendência em objeto é, inegavelmente, a mais densa, a mais apurada. A existência de diversificado material heurístico à disposição do pesquisador facilita-a sobremodo, não requerendo inclusive o manuseio regular de fontes primárias. Tal não se dá com relação à outra tendência, a que se volta para as realidades sócio-culturais tecidas pelo povo, a exigir um esforço prévio de levantamento de dados, com outra tipologia, com outra visão, que não a oficial, a da classe dominante. E num continente sem quase nenhuma tradição de

pesquisa dessa natureza, com tudo praticamente por se fazer. Daí a importância de a historiografia religiosa valer-se da contribuição valiosa dos departamentos de ciências sociais, de História das universidades que conseguiram montar um funcional dispositivo de pesquisa, assim como de instituições outras do gênero, como o Museu Nacional. Em outras palavras, ela não pode prescindir da cooperação inestimável de centros de pesquisa, a lhe oferecer os resultados de suas atividades e pessoal qualificado, a lhe proporcionar a prática interdisciplinar, a lhe aperfeiçoar os métodos. Aliás, qualquer que seja a tendência assumida, a historiografia religiosa, no esforço de lúcida afirmação a que se entrega, fatalmente buscará a cooperação institucional, o intercâmbio de experiências e de informações. No que se alargará a visão do mundo da Igreja, dotando-a de linhas realistas de pastoral, a partir de uma rica retrospectiva histórica que iluminará o presente.

Tal, porém, não significa que deixe de manter ela os seus núcleos de estudos e de pesquisas, com um perfil de especialização que cumpre incentivar e desenvolver. E orientados para entre outros objetivos, a preservação e o tratamento científico dos arquivos eclesiásticos. Conveniente que, sob os auspícios daquela cooperação, se faça o recrutamento de técnicos, de bolsistas, de estagiários, especialmente provenientes dos departamentos de Biblioteconomia, de Arquivologia e de História das Universidades, para trabalho desse tipo. Da mesma forma, impõe-se a disseminação daqueles núcleos pelas diversas unidades da Federação, estimulando a regionalização da História da Igreja. O que se mostra de muita urgência e necessidade, sobretudo para se ultrapassar a fase ainda pecando por excesso de generalização dessa História, justamente por enfatizar perspectivas que não cobrem nem podem cobrir múltiplas situações e importantes episódios e conjunturas cujos determinismos têm o colorido local, a feição sócio-cultural regional. Atente-se, por exemplo, para a associação entre movimentos sociais rurais e manifestações de religiosidade popular, refletindo contextos regionais próprios. Então, fica claro que a História nacional tem que ser alimentada pela história regional, ambas dialeticamente se completando. A fundação daqueles núcleos nos Estados é algo inadiável, todos eles sintonizando com o núcleo

nacional. Talvez os Institutos Teológicos, em torno da disciplina História da Igreja no Brasil, representem uma base importante nesse sentido. Ou um grupo coeso e decidido de abnegados pesquisadores, que começaria por levantar todo um acervo documental e a montar as linhas de pesquisa que bem tipificassem a evolução religiosa da região ou do Estado. A História em nível municipal e paroquial, gradativamente, seria também incrementada e sob a supervisão cuidadosa do núcleo estadual.